

Darcy e Raul têm razão



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da
Universidade de Brasília (UnB)

Há 40 anos, Darcy Ribeiro alertou que, se não fizessemos escolas, seríamos obrigados a construir prisões. Faz quase 10 anos, Raul Jungmann avisou sobre a força e os riscos do crime organizado. O Darcy construiu os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), mas o exemplo não se espalhou pelo Brasil. Raul propôs a criação de um sistema nacional de segurança, mas a ideia não prosperou. Agora, a realidade mostrou que eles estavam certos.

Além da repulsa àqueles que deram a ordem ou puxaram o gatilho na operação policial nos complexos do Alemão e Penha, no Rio, é preciso denunciar os que foram eleitos sem entender as causas da guerra civil e sem tentar fazer o que Darcy, Raul e outros recomendam desde então. A violência é tratada como apenas problema de insegurança pessoal, escaramuças entre indivíduos. Não compreendemos as causas estruturais de uma guerra civil, nem percebemos a necessidade de o Brasil nacionalizar tanto a questão da segurança pública quanto o problema da educação básica, com ambição na qualidade e na equidade.

Os presidentes eleitos trataram a educação básica como responsabilidade de municípios e das famílias. Nenhum deles assumiu o tema

como uma questão federal, nem definiu estratégia para assegurar com equidade a todo brasileiro o direito à escola de máxima qualidade, nem como atender àqueles que ficaram para trás: os 10 milhões de analfabetos adultos e os milhões de jovens sem mapa para o mundo contemporâneo.

O propósito dos governos nacionais tem sido ampliar o número de vagas no ensino superior para os poucos que concluem o ensino médio, criando mecanismos para compensar suas fragilidades, sem estratégias capazes de garantir que todos concluam sua formação de base com qualidade. A cada ano, programas, projetos e planos são anunciados para fazer pequenos avanços e atender desejos corporativos, mas sem intenção de executar ações para atingir metas claras e ambiciosas.

Presidentes orgulham-se de termos alguns filhos de pobres ingressando em universidades, mas nenhum tomou medidas necessárias para que todos os filhos de todos os pobres concluam a educação básica com a mesma qualificação dos filhos de ricos, preparados para disputar vagas em condições iguais nas melhores universidades. Tampouco houve gestos para erradicar o analfabetismo de adultos e oferecer formação a jovens que já ficaram para trás por causa da evasão escolar.

A chacina do Rio deve ser denunciada como uma violência brutal contra o direito à vida, em um país cuja Constituição proíbe a pena de morte, mas onde ela é praticada sem julgamento, por decisão de líderes políticos e de comandantes policiais. Cansada da falta de ações contra diversas formas de violência — corrupção, privilégios,

mordomias, tráfico de drogas e de influência, assaltos, sequestros —, a população aplaude chacinas, ignorando alertas de Darcy e de Raul. Em breve, as chacinas serão autorizadas e aplaudidas até mesmo contra crimes menores.

Sem enxergar as causas nem os riscos da violência, os candidatos à Presidência em 2026 já disputam qual será mais violento na luta contra a violência sem um programa de pacificação da sociedade por meio de educação de qualidade máxima com equidade para todas crianças e sem um programa de inclusão para jovens deixados para trás sem emprego, sem renda, sem expectativa de vida melhor. Os candidatos deveriam se comprometer a enfrentar a impunidade com toda forma de delito por corrupção, gatunagem disfarçada de privilégio, o tráfico e a milícia.

Ao mesmo tempo, definir estratégias para a adoção federal da segurança pública nas cidades violentas e de escolas nas cidades que não oferecem educação pública integral no padrão necessário. Para os jovens que já estão “jogados ao mar da desescola”, apresentar ações de alternativas à rua: amplo programa de garantia de emprego para aqueles com algum preparo; e incorporação remunerada em caráter interno ou semi-interno, por seis meses, em centros civis com cooperação militar para formação profissional, sociabilidade, disciplina, esporte e criação de laços de amizade.

Darcy e Raul têm razão: a guerra civil precisa que o Brasil desperte e que a União adote sistemas nacionais de segurança e de escolas com qualidade igual para todos, independentemente da renda familiar e do município onde vive. Tão óbvio!



Urgência de uma reconsideração algorítmica para perfis públicos no Brasil: a prevalência do interesse público na era digital



» MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO
Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF)

A prevalência do interesse público sobre o privado é um dos princípios fundantes do Estado Democrático de Direito. Tradicionalmente, ela se expressa na legitimidade de o Estado restringir direitos individuais para assegurar a proteção coletiva. Contudo, na era digital, essa relação ganha novos contornos: a supremacia do interesse público precisa ser reinterpretada à luz da comunicação mediada por plataformas privadas que controlam o fluxo informacional por meio de algoritmos opacos, cujo funcionamento não é transparente nem compreensível ao público. O debate não se limita mais ao poder de polícia — alcança a informação e a democracia digital.

Em tempos de desinformação em massa e crises que se espalham na velocidade de um toque, o Estado brasileiro enfrenta um desafio inédito: comunicar-se com eficácia em um ambiente controlado por algoritmos privados. Plataformas como Instagram, Facebook e TikTok funcionam com base em engajamento — quanto mais um usuário interage, maior o alcance das publicações. É um princípio simples, mas com efeito colateral grave: perfis oficiais, como os das casas legislativas, tribunais, secretarias e hospitais públicos, têm baixo alcance orgânico. Esses órgãos publicam para informar

e não se relacionar com os usuários. Por isso, suas mensagens — muitas vezes vitais à segurança, à saúde e à economia — acabam sendo entregues a uma fração mínima dos usuários.

Cria-se dependência perigosa: o poder público, que deveria ser o canal primário de informação institucional, passa a depender da lógica de sistemas privados de recomendação. Em crises, pode custar caro. O boato do “fim do Pix”, por exemplo, gerou pânico e instabilidade, exigindo reação imediata do Banco Central e do Judiciário. Enquanto a desinformação viralizou, a resposta oficial quase não foi vista.

Os algoritmos das plataformas priorizam conteúdos que geram comentários, curtidas e tempo de tela. Como os órgãos públicos são classificados como “irrelevantes”, perdem visibilidade. O Senado Federal, por exemplo, segue a mesma lógica de um perfil pessoal. Não há distinção entre quem faz memes e quem publica informações de utilidade pública.

Sob a ótica jurídica, essa realidade confronta a essência da supremacia do interesse público, que justifica o poder da Administração em prol da coletividade. A informação oficial é essencial à sociedade. Negar-lhe prioridade ou visibilidade equivale a negar o direito fundamental à informação (art. 5º, XIV, CF/88) e o dever constitucional de publicidade e transparência. Assim, a atuação das plataformas, ao ocultar comunicações sob critérios comerciais, interfere na consecução de fins públicos e desequilibra a relação entre Estado e sociedade.

Quando uma instituição precisa desmentir boatos sobre decisões ou segurança financeira e sua mensagem não alcança o cidadão, abrem-se

brechas para colapsos informacionais. A desinformação gera medo, e o medo traz reflexos econômicos e sociais. Em um ambiente digital volátil, a falta de alcance das comunicações oficiais é, por si só, um risco à democracia.

Propõe-se, assim, uma Lei de Reconsideração Algorítmica para Perfis Públicos, que obrigue plataformas a tratar de forma diferenciada as contas oficiais dos Três Poderes e de instituições que prestam serviços públicos. A lei deve garantir: (a) entrega de conteúdos em situações de emergência ou desinformação comprovada; (b) priorização automática de campanhas de saúde, segurança e interesse econômico; e (c) mecanismos de transparência, com relatórios públicos de alcance das mensagens oficiais. Não se trata de censura, mas de reafirmar o princípio da prevalência do interesse público, adaptado ao contexto digital. O objetivo é garantir que, quando o Estado falar, o cidadão ouça — com a mesma velocidade das informações falsas.

Parcerias institucionais mostram que a colaboração é viável. A Meta firmou acordo com o TSE para combater desinformação; o Google mantém projetos de inclusão digital; o TikTok coopera com a OMS em campanhas de saúde. As big techs têm capacidade técnica para ajustar algoritmos conforme finalidades públicas — falta uma base jurídica que torne essa cooperação permanente e auditável.

A proposta não busca conflito entre Estado e plataformas, mas institucionalizar uma cooperação transparente. O Estado deve deixar de ser “tolerado” e ser reconhecido como ator essencial no ecossistema digital. Garantir isso é proteger a própria democracia informacional.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circocunha@adabr.com.br



Futuro em reconstrução

Desde a aurora do século 21, quando se reconheceu que a imensidão verde da Amazônia Legal já deixava de ser apenas um palco de fauna e flora para converter-se em ativo estratégico global, o Fundo Amazônia despontou como instrumento paradigmático, concebido para captar doações internacionais destinadas a projetos de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento daquela vasta região, bem como para a promoção de uso sustentável das florestas. A ideia era aparentemente simples: aliar a preservação ambiental à justiça socioeconômica das comunidades locais, ao mesmo tempo em que se cumpria a promessa de reduzir emissões de gases de efeito estufa, num mundo cada vez mais consciente de que a floresta em pé era patrimônio de todos. Entretanto, como tantas iniciativas gestadas sob o rótulo da cooperação internacional, o Fundo Amazônia, que poderia ter sido o símbolo de um contrato moral global entre Norte e Sul, parece ter perdido prestígio e credibilidade, minado por ambiguidades, oscilações de governança e o risco de se tornar refém de vaidades diplomáticas ou de agendas nacionais pouco alinhadas com a lógica da transparência.

Nos primeiros anos, o mecanismo contava com aportes maciços. Segundo dados oficiais, por exemplo, em 2023 foi aprovado R\$ 1,3 bilhão em projetos e chamadas públicas, com doações contratadas de R\$ 726,4 milhões oriundas de Suíça, EUA, Reino Unido e Alemanha. No entanto, o salto numérico não apaga a questão de fundo: o que determina confiança, se não apenas cifras, mas mecanismos robustos de controle, participação e cumprimento de metas mensuráveis?

Para muitos no campo da cooperação internacional, o Fundo funcionava como uma promessa — de que a floresta, longe de ser tragada pela silenciosa engrenagem da degradação, seria preservada com respaldo financeiro externo, enquanto as comunidades amazônicas se emancipavam economicamente. Conforme consta, o Fundo é estruturado para apoiar não apenas o combate direto ao desmatamento, mas também o ordenamento territorial, a regularização fundiária, o manejo florestal sustentável, a conservação da biodiversidade e a recuperação de áreas degradadas. Todavia, a fratura entre o discurso e a prática começa a emergir quando a “cooperativa mundial” se depara com a fotofinish de um governo nacional que ainda respira contradições entre crescimento e preservação.

A deserção da confiança internacional, ou ao menos a hesitação de grandes doadores, encontra raízes em casos e momentos emblemáticos — por exemplo, quando o fundo permaneceu praticamente inativo entre 2019 e 2022, período no qual quase não foram aprovadas novas iniciativas ou efetivados aportes, o que minou expectativas e acumulou desconfiança.

Esse hiato é interpretado por alguns analistas como sinal de que, ao entrar em cena a soberania econômica e a retórica de autonomia nacional, a floresta passou a servir, também, como objeto de disputa interna, e não somente como bem comum global. Quando a “moral do meio ambiente” se transforma em “moral nacional”, o fundo perde parte de sua aura de neutralidade, o que afasta aqueles que desejavam atuar como parceiros externos, mas não como testemunhas de uma guinada ideológica.

Adicionalmente, o fluxo financeiro, embora quantitativamente relevante, revela uma face menos glamorosa: até junho de 2025, por exemplo, o estado do Acre havia acumulado R\$ 260,8 milhões em recursos aprovados pelo Fundo, sendo R\$ 155 milhões apenas entre 2023 e meados de 2025, cifra superior à totalidade dos contratos celebrados entre 2010 e 2018.

Tal dado provoca reflexão: mais importante do que somas milionárias é saber se esses recursos atravessam a camada da burocracia, da intermediação estatal ou privada, e alcançam a base social cuja vida depende da floresta em pé, e se, no espectro silenciado da informação pública, há mecanismos reais de prestação de contas, participação comunitária e monitoramento independente. O risco é que o Fundo Amazônia se transforme em instrumento mais de legitimação do que de transformação. A cooperação internacional exige clareza: quantos hectares de floresta foram preservados? Quantas toneladas de carbono deixaram de ser emitidas? Quantas vidas de ribeirinhos, indígenas e povos tradicionais foram impactadas positivamente?

Uma pergunta paira como nuvem carregada sobre a floresta e a política global: se dezenas de bilhões de dólares — ou neste caso, reais bilionários — poderiam vir de múltiplos pontos do planeta para apoiar a conservação, por que, então, a confiança externalizada vacila? A resposta reside não apenas em cenários de risco ou de governança local, mas no fato de que o compromisso internacional, para se manter eficaz, exige mais do que contratos e promessas: exige continuidade institucional, diálogo aberto, fiscalização independente e resultados visíveis.

» A frase que foi pronunciada

“Queremos garantir que eles não fiquem apenas prometendo, que comecem a proteger, porque nós, como povos indígenas, somos os que sofrem com os impactos das mudanças climáticas”.

Pablo Inuma Flores, líder indígena do Peru

» História de Brasília

Um bom mercado para a indústria naval brasileira tem sido o México. Esta, a razão da exposição que a Marinha do Brasil está fazendo no México, onde o principal assunto é Brasília. Ontem, o comandante Renan fez embarcar para aquele país um filme sobre o Distrito Federal, e diversos painéis mostrando diversas atividades em Brasília. (Publicada em 11/5/1962)